

# CORREIO DA FASP-RJ

Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro

Rua Senhor dos Passos, 241, sobrado – Centro – RJ. Telefone 2507-1121, Fax: 2252-8955. email: fasprj@fasprj.com.br / fasprj@fasp.org.br

Ano 2011

1º Bimestre

www.fasprj.org.br

## A importância de um serviço público qualificado

Divulgação / Palácio Guanabara / Salvador Scofano

As chuvas que castigaram a Região Serrana do Rio de Janeiro e acarretaram deslizamentos de terra, deixando mais de 800 mortos (até o fechamento desta matéria), trouxeram à tona a importância do servidor público na prestação de serviço à sociedade.

Foram convocados médicos, para reforçar o atendimento às vítimas; engenheiros, para o trabalho de reconstrução das áreas atingidas; garis, para ajudar na limpeza e recuperação da cidade; bombeiros especialistas em resgate; policiais militares e peritos para auxiliar na identificação dos corpos; militares do Exército, Marinha e Aeronáutica que trabalharam na remoção de escombros, na distribuição de donativos, no atendimento médico e transporte de vítimas, entre outros. O desastre entrou para os registros da ONU como o oitavo pior deslizamento da história mundial.

Exemplos como esses servem para alertar os nossos governantes da necessidade de valorizar e enaltecer todos os servidores públicos de carreira, profissionais que trabalham para servir a sociedade, fornecendo serviços essenciais à população. **Página 2**



### Uppes-sindicato recebe secretário de educação

“É fundamental que o governo, em suas ações, não deixe de lado o professor aposentado, pois a contribuição de cada um não pode ser esquecida e demonstra a categoria a atenção em termos de futuro”. **Página 15**

### Previdência social – equilíbrio financeiro e atuarial

A obrigatoriedade e importância da realização e avaliação atuarial dos regimes de previdência. **Páginas 8 e 9**



### Entrevista

Professor Ednaldo Carvalho – “O problema é que a gestão escolar, principalmente na área pública, sofre de deformações e não transfere ao professor a estrutura básica para que ele ministre com eficiência o plano de curso ou o plano de aula que está previsto no ano letivo”. **Página 4**

### Voluntariado e o poder público

“Os familiares que não encontram os seus parentes, amigos, conhecidos ainda terão que lidar com o Instituto jurídico da “morte presumida” previsto no nosso Código Civil e que não existia no Código de 1916, a não ser para efeitos patrimoniais”. **Página 13**

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 050201138-6/2002  
ECT / DR / RJ  
FASP

FILIADOS A



### O que é aposentadoria por idade

“Não é exigido o desligamento da empresa para requerer a aposentadoria. A aposentadoria por idade é considerada irreversível e irrenunciável a partir do momento em que o segurado recebe o primeiro pagamento”. **Página 3**

### Hipocondria - o contágio emocional

“Cansados da sua ladainha mórbida e recorrente, parentes e amigos do hipocondríaco acabam tratando-o com descaso - porém esta atitude, longe de ajudar, em geral o estimula à uma peregrinação solitária”. **Página 6**

### Associativismo e sindicalismo

“No regime do sindicato único, o peso da representação dos órgãos de base nas Federações e Confederações não é estabelecido pelo maior ou menor número de membros do seu quadro social; forte ou débil, parco ou rico de recursos financeiros, cada sindicato tem direito a um voto”. **Página 11**

## PALAVRA DO PRESIDENTE – SERVIÇO PÚBLICO. UMA QUESTÃO DE INVESTIMENTO



**MARCOS VINÍCIO GOMES PEDRO**  
Presidente da FASP-RJ



Divulgação / Palácio Guanabara / Manoel Venâncio

No início do ano, devido à enorme quantidade de chuva, houve grande calamidade na Região Serrana do Rio de Janeiro, atingindo os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e outras cidades circunvizinhas, resultando em muitas destruições e mortes. Foi a maior catástrofe natural desde 1967. Infelizmente, logo em seguida, vimos mais uma calamidade atingindo nossa querida Santa Catarina, com mais de 40 cidades em situações terríveis.

“

**Os governos têm de tratar os serviços públicos com aquilo que é fundamental**

Esse fato nos trouxe a certeza do quanto é necessário termos um serviço público cada vez mais aperfeiçoado. Os governos têm de tratar os serviços

públicos com aquilo que é fundamental, ou seja, com servidores comprometidos e trabalhando para o estado, porque quando agem dessa forma trabalham para o bem de toda a população.

Não que sejamos capazes de combater as ações da natureza, pois é inevitável, mas o governo pode se empenhar para que não aconteçam tantas mortes e destruições. Veja vocês o exemplo da Austrália, que apesar de a chuva ter tido maior intensidade, comparada com a Região Serrana do Rio, o número de mortos foi inferior. Talvez, o serviço público de lá seja mais eficiente. Isso é mais uma maneira de conscientizar os homens públicos do nosso país para se voltarem a ter um serviço público cada vez mais eficiente e capaz para evitar essas desgraças. Agora estão correndo atrás de tecnologias, como a compra de um supercomputador para o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - capaz

de antecipar os fenômenos naturais. Se isso já estivesse em atividade, teria salvo muitas vidas e causado muito menos danos.

A questão das invasões que ficam relegadas a segundo plano é outro problema muito sério. O estado tem de planejar, mapear e verificar onde o cidadão corre

“

**O estado tem de planejar, mapear e verificar onde o cidadão corre risco**

risco. Para isso é que pagamos impostos e diversos outros tributos, para que o estado cuide de todos nós com muita atenção e dedicação. Porém, ficou eviden-

ciado neste início de 2011 que isso não estava ocorrendo com o nosso Estado do Rio de Janeiro. Nós lastimamos profundamente e sentimos muito, porque se não fosse a dedicação dos servidores públicos que lá desempenham suas funções, como os bombeiros, policiais militares, policiais civis, e outros servidores públicos e de voluntários, a catástrofe teria sido muito pior. Mas, no fim, Deus ainda olha pelo Brasil. E olhou para nosso estado.

Esperamos que os nossos governantes tenham a sensibilidade de se auto preparar para evitar que novas calamidades ocorram, visto que o mundo está sofrendo uma grande transformação, um degelo muito grande no Ártico; uma seca desenfreada em outros países e chuvas inseqüentes em vários outros cantos do planeta. O mundo está mudando, mas nós estamos avançando cada vez mais tecnologicamente e precisamos aprimorar o serviço público para

o bem estar de toda a população desse país. Se nossos governantes agirem dessa maneira o lucro será de todos e não de alguns afortunados.

Espero que em 2011 não tenhamos mais nenhuma catástrofe. Que possa ser um ano de crescimento em todos os sentidos, seja na educação, na segurança e, principalmente, na saúde. A população do Estado do Rio de Janeiro merece respeito, carinho, dedicação e, acima de tudo, admiração de nossos governantes, porque se não fosse o trabalho incansável dos voluntários e a mobilização da sociedade como um todo, a catástrofe ocorrida na região serrana teria sido muito pior. Além disso, se tivéssemos um serviço público mais desenvolvido, com servidores e atividade de carreira, essa ajuda teria sido muito mais estruturada. Chega de sistema de cargos comissionados e terceirizações, vamos desenvolver um serviço público que transmi-

“

**A população do Estado do Rio de Janeiro merece respeito, carinho, dedicação**

ta confiança e gere qualidade ao cidadão, já que os impostos que com tanto suor pagamos devem ser destinados para isso, para o bem comum.

### FASP – RJ

e-mail: fasprj@fasprj.com.br  
fasprj@fasprj.org.br  
Site: www.fasprj.org.br

Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro. Filiada à Confederação Nacional dos Servidores Públicos – CNSP e Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB.

#### DIRETORIA

**Presidente:** Marcos Vinício Gomes Pedro  
**Vice Presidente:** Náila da Costa Rodrigues  
**Diretora Secretária:** Vera Lucia Mattos Francisco

**Diretor Tesoureiro:** Alfredo Rebello da Silva  
**Diretor Jurídico:** Alvaro Ferreira Barbosa

#### CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Sidney de Souza Martini  
Derly Ávilla Corrêa  
Jorge Ressiguiêr Cardoso

#### SUPLENTES

Aurora Amália F. Cucci Fernandes  
Teresinha Oliveira Machado da Silva  
Luiz Marcelo Fonseca Magalhães

#### ASSESSORIAS

**Assuntos Estaduais:** Francisca Rodrigues Talarico  
**Assuntos Municipais:** Acir Ferreira Barroso

#### Para Assuntos Internacionais e da Terceira

**Idade:** César Drucker  
**Congêneres Nacionais e Confederações:** Paulo de Magalhães  
**Jornalismo:** Hildenira de Souza Grassia  
**Jurídica:** Paulo Roberto Coelho de Figueiredo

#### EXPEDIENTE – Correio da FASP-RJ

**Diretor-Responsável**  
Marcos Vinício Gomes Pedro  
**Editora:** Nira Grassia  
REG: MTB 15.205  
niragrassia@gmail.com

**Diagramação:** Leonardo Santos  
(21) 7889-2354  
leonsant01@gmail.com

#### COMERCIAL E PUBLICIDADE

Neto Consultoria - José Augusto  
(21) 2556-1177 / 9969-5105  
jose.catharino@gmail.com

#### REDAÇÃO E PUBLICIDADE

Rua Senhor dos Passos, 241. Sobrado – Centro – RJ – CEP: 20061-015 - Telefone: (21) 2507-1121 – FAX: (21) 2252-8955

#### Impressão: Newstec

Tiragem: 10.000

Todas as matérias assinadas neste jornal são de responsabilidade dos autores. A FASP-RJ se exime de qualquer responsabilidade.

**A**ssumimos a Diretoria de assistência do IASERJ em setembro de 2010, com o apoio da Associação dos Funcionários do IASERJ (AFIASERJ), na pessoa de sua combativa presidente, Dra Marileia Ormond. Encontramos uma situação que pode ser resumida no seguinte: um Instituto em plena desativação e com um quadro de funcionários completamente desestimulados, face às informações da cessão dos prédios do Hospital Central para a construção de um Centro de pesquisas pelo INCa (Instituto Nacional de Câncer), nos deixando, a todos, inseguros quanto ao nosso próprio futuro.

Sou funcionário do IASERJ há 26 anos, já dirigi o Hospital Central e agora assumi este cargo que tem por função fazer a coordenação médica de todo o Instituto, que

# laserj vive

inclui, além do próprio Hospital Central, o Hospital Eduardo Rabello (Centro de Geriatria e Gerontologia), e os ambulatórios do Maracanã e de Niterói. No passado o IASERJ ainda possuía ambulatórios em Nova Iguaçu, Gávea, Penha e Madureira (estes três últimos desativados recentemente).

Como funcionário da casa e sempre lutando pela saúde pública e pela sobrevivência do IASERJ, jamais aceitaria tal missão se não fosse para reconstruir aquele que já foi uma referência em assistência médica e social, além de formador de profissionais, no Brasil. Conhecendo quase todos os servidores

do hospital, respeitando-os e tendo deles carinho e admiração, iniciamos nosso trabalho conversando e convencendo os nossos funcionários da importância do resgate da nossa auto estima, mostrando que, somente com uma produção de qualidade, teríamos argumentos contra a nossa "implosão". Já no mês de Outubro/2010, no Hospital Central, aumentamos a nossa oferta de atendimento ambulatorial em aproximadamente 70%, fizemos 9.000 atendimentos e procedimentos ambulatoriais, 100 internações (SPA, CTI e Enfermarias), realizamos 30.000 exames laboratoriais e 1.400 exames por imagem (



**DR. NELSON FERRÃO**  
Diretor de Assistência  
do IASERJ

RX, Tomografia Computadorizada e Ultrassonografia). Para que o servidor público conheça os serviços oferecidos pelo IASERJ, basta acessar o nosso site, já atualizado: [www.iaserj.rj.gov.br](http://www.iaserj.rj.gov.br). Hoje, quase 5 meses depois podemos afirmar, com toda certeza, que o IASERJ está VIVO, CRESCENDO e MELHORANDO.

## INTERATIVIDADE

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7802/10, do Senado, que permite o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública e dos da educação básica.

Para o autor da proposta, ex-senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a qualificação de policiais vai beneficiar todos os trabalhadores, estando, portanto, de acordo com as finalidades do FAT. O benefício para os professores, por sua vez, foi incluído no texto por emenda do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Ag.Câmara)

## Você concorda com esse Projeto?

( ) SIM ( ) NÃO

RESULTADO DA PESQUISA NO PRÓXIMO JORNAL

Accesse o site [www.fasprj.org.br](http://www.fasprj.org.br) e responda a Enquete

## Resultado da enquete anterior

Vocês ficaram felizes com o resultado da eleição para presidente e governador?

**SIM (55%) NÃO (45%)**



Presidente da FASP-RJ, Dr. Marcos Vinício Gomes Pedro; presidente do CREA-RJ, Dr. Agostinho Guerreiro e locutor, Trinitário Albacete.

## Prazer em recebê-lo

A FASP-RJ recebeu a visita do presidente do CREA-RJ, o engenheiro Agostinho Guerreiro, convidado a participar do Programa de Rádio da Federação para falar sobre a tragédia que aconteceu na Região Serrana do Rio. Em relação à questão habitacional, Dr. Agostinho afirmou que a solução seria a construção de habitações dignas em locais seguros. "Essa combinação é

fundamental para que nós possamos realmente mostrar para as pessoas, que elas não podem ficar em áreas de risco, até porque durante as tragédias elas até saem, mas depois quando não têm para onde ir, elas acabam voltando por não existir outra alternativa. Então é preciso ser firme para impedir essas construções", afirmou o engenheiro.

FASP-RJ

Nós podemos fazer com que você, Servidor Público Estadual, se sinta melhor e viva mais feliz.

Faça já sua adesão.

**Benefícios especiais para você:**

- Desconto em folha salarial
- Valores fixos por 12 meses
- Aparelho ortodôntico grátis
- Filhos menores de 4 anos grátis
- Inclusão de dependentes e agregados

2272 6200 RJ Metropolitano

4002 3272 Demais Localidades

SempreOdonto

[www.sempreodonto.com.br](http://www.sempreodonto.com.br)

## ENTREVISTA:

# Professor Ednaldo Carvalho

Vice - presidente da Associação dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro (APPAl)

## Como o senhor analisa a educação brasileira?

O Brasil vem em um processo de melhoria de sua qualidade de educação. Na verdade é um processo um tanto quanto lento se nós olharmos para o passado, momento em que a educação pública tinha, na verdade, um grande relevo para a formação dos profissionais no nosso país.

Hoje enfrentamos dificuldades muito severas em função da amplitude da densidade demográfica e temos tido sérios problemas não conjunturais, mas problemas estruturais decorrentes da questão do investimento em educação; da questão do sucateamento da educação pública; da não valorização do magistério como um todo - em especial do magistério público - de maneira que este conjunto de fatores nos coloca no ranking mundial em níveis abaixo do esperado e do desejado.

Quando eu digo que nós melhoramos um pouco é porque a situação hoje é menos insatisfatória do que há alguns anos. Não que já estejamos em um patamar satisfatório. Precisamos investir, precisamos mudar e alterar o investimento do PIB nacional no que diz respeito aos investimentos na área da educação, não apenas básica, como também do ensino médio que, de certa forma, está ligado à educação profissionalizante e, naturalmente, à educação do nível superior, que é a base da compatibilidade tecnológica para o desenvolvimento econômico do país.

## Existe reciclagem do magistério público com os atuais salários e as condições que os governos oferecem?

Reciclagem muito superficial e indevida. Eu quero inclusive fazer uma alusão à educação continuada que a Associação dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio de Janeiro (APPAl) coloca em prática há mais de dois anos em sua sede, na Rua Senador Dantas,

117, com espaço para várias palestras com fulcro na reciclagem do magistério. Trata-se da visão da Associação em promover este tipo de treinamento.

Esse trabalho também deveria ser objeto regular das prefeituras, do governo estadual e federal para melhorar a condição profissional e a atualização profissional do magistério público.

## Como está o professor e a gestão escolar? Antes ele era somente o mestre, agora também tem que ser o gestor.

Na verdade ele não precisa ser o gestor. Ele pode e deve continuar sendo o mestre. O problema é que a gestão escolar, principalmente na área pública, sofre de deformações e não transfere ao professor a estrutura básica para que ele ministre com eficiência o plano de curso ou o plano de aula que está previsto no ano letivo.

“

## O problema é que a gestão escolar, principalmente na área pública, sofre de deformações

Para se ter uma idéia, a organização para cooperação e desenvolvimento econômico que tem um programa chamado PISA – Programa Internacional de Avaliação de Aluno - classificou o Brasil na 53ª posição dos 65 países avaliados.

Nós estamos num patamar de grande deficiência. Se este quadro não for alterado os anos vindouros trarão para o nosso país muito prejuízo, porque nós não teremos capacitação profissional interna para fazer competições a nível mundial.



Existem significativas e importantes entidades de classe de professores no Brasil e no nosso estado. Qual a importância destas mesmas entidades no dia a dia dos nossos professores?

Elas são coadjuvantes do próprio governo. Aliás, o governo deveria estender tapetes vermelhos para estas entidades passarem, porque as demandas que sobrevivem sobre os governos em várias áreas de atuação fazem com que ele próprio não consiga dar respostas. As entidades entram aí compondo as necessidades dos servidores públicos na área do lazer, na área de previdência, na área de assistência, entre outras.

Portanto, as entidades de classe são fundamentais. Eu parabeneizo a FASP-RJ, já com 49 anos, se aproximando de meio século

“

## A violência não é um problema da escola. A violência é um problema do ser humano

de atuação, que congrega essas associações, as mantém vivas e, naturalmente, estabelece pontos de relacionamento com as áreas do governo.

Temos visto na imprensa alunos agredirem professores e

vice-versa. Em sua opinião, por que tanta violência hoje nas escolas? Quais as suas causas, os seus efeitos e quais seriam as soluções para o problema?

A violência não é um problema da escola. A violência é um problema do ser humano. É uma situação do momento civilizatório em que vivemos. A violência acontece no interior das famílias, na mídia que mostra a violência nua e crua. Acontece na cultura através da televisão ou do cinema, acontece na disputa, não apenas em relação às drogas e das armas, mas também dos domínios das nações. A violência, na verdade, é algo da natureza humana e está impregnada na sociedade como uma pandemia. Ela acontece em todos os lugares e na escola não é diferente disso.

## Mensagem

Quero deixar meu e-mail: ednaldocarvalho@globocom para colegas que por ventura queiram dialogar acerca do tema. Quero desejar a todos um início de ano com espírito alvissareiro e que nós possamos continuar lutando, tendo esperança para vermos uma sociedade com mais justiça, mais desenvolvida, independente dos problemas e dos erros das gestões públicas.



**ARNALDO NISKIER**  
Doutor em Educação,  
membro da Academia  
Brasileira de Letras e  
presidente do CIEE/RJ

# Uma coleção de desafios

meça a fazer sucesso e, por uma inexplicável associação de ideias, ocorreu-me aplicar o título à precária situação da educação brasileira.

Tem muita coisa que se custa a entender, apesar dos reiterados diagnósticos que são feitos no setor. Assim como se discute o valor do salário mínimo, há diversas versões para o percentual do PIB a ser destinado à educação, com uma certeza absoluta: os atuais 5,2% são rigorosamente insuficientes. Na campanha presidencial, falou-se em 7% e agora, de forma aparentemente irresponsável, existem os que defendem 10%, sem esclarecer de onde sairiam os recursos.

É certo que quanto mais, melhor, mas não é aí que reside o nó

da questão. Convém lembrar o sábio pensamento do Embaixador Roberto Campos: “Não se gasta absurdamente pouco em educação, mas absurdamente mal.” Isso dito há mais de 10 anos parecia uma provocação, mas ainda está bem perto da realidade.

Outra insensatez é a incompetência para enfrentar o drama do magistério. Os professores são mal formados e pessimamente remunerados. Como pretender, assim, uma educação de qualidade? Os cursos de formação de professores padecem de um abissal anacronismo. Colocar um computador na mão de quem não sabe manejá-lo significa muito pouco. Pensando bem: desde que essas máquinas terríveis entraram no cotidiano

das escolas, qual foi o aperfeiçoamento dos conteúdos? O resultado pode ser encontrado nos mapas de classificação do exame internacional chamado Pisa.

Ultimamente, são raras as novas escolas construídas. Parece que houve um certo cansaço das autoridades em relação ao assunto. É possível lembrar que, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1979 a 1983, foram inauguradas 88 escolas. Era o melhor caminho para alcançar outra conquista necessária: o desejado tempo integral, que é uma característica básica de todo e qualquer país desenvolvido. Quando se sabe que, entre nós, no ensino médio, cheio de furos, as aulas diárias não passam de quatro horas, já se vê o tamanho do fosso. E tem

mais um óbice: cursos médios oficiais estão sendo ministrados em escolas municipais, por empréstimo, o que dá bem a dimensão da sua ausência de prioridade.

Nossas escolas públicas têm bibliotecas? Não. Têm laboratórios equipados? Não. A distorção idade-série está sob controle? Não. Reduzimos os fenômenos da evasão e da repetência? Não. Há iniciação científica nas escolas? Não. Os índices de leitura estão crescendo? Não. Os livros didáticos distribuídos gratuitamente são bem escolhidos e bem distribuídos? Não... E muito mais poderia ser lembrado. No fundo, o que se sabe mesmo é que a educação não tem sido prestigiada por uma consistente vontade política.

## FIQUE ATENTO

### Entrega do IR 2011

O prazo de entrega da declaração do IR 2011 começa em 1º de março e vai até o dia 29 de abril. Ela deve ser enviada pela internet, por meio da utilização

do programa de transmissão da Receita Federal (Receitanet), ou via disquete (nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal). A entrega via formulários não será aceita. Quem perder o prazo está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74.

### Cédula de identidade (RG) é substituída pelo novo cartão de Registro de Identidade Civil (RIC)

Os moradores do Rio de Janeiro, Brasília e Salvador foram os primeiros contemplados para substituir a cédula do Registro Geral (RG) pelo car-

tão de Registro de Identidade Civil (RIC) - cartão magnético, com impressão digital e chip eletrônico, que inclui informações como nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, entre outros dados.

As cidades de Hidrolândia (GO), Ilha de Itamaracá (PE),

Nísia Floresta (RN) e Rio Sono (TO), que também fazem parte do projeto piloto para troca de registro, serão convocadas ainda neste semestre.

A emissão do RIC será custeada pelo Ministério da Justiça e o cidadão não precisará pagar pela troca. (Agência Brasil)

# FALAR.

ESTÁ NA HORA DE APERFEIÇOAR O QUE VOCÊ JÁ FAZ DESDE OS 2 ANOS.

APRENDA A DOMINAR AS TÉCNICAS DE FALAR EM PÚBLICO. Participe dos Cursos de Oratória com Márlio Lamha, 25 anos de experiência como Conferencista e Coach em Técnicas de Oratória.

**A PARTIR DE MARÇO:**

- Cursos regulares no Centro e Barra
- Cursos In Company
- Coach Individual

**MARLIO Lamha**

**INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:**  
Tel.: (21) 9145-9733  
E-mail: marliolamha@uol.com.br



**DR. GUSTAVO MEIRELLES**  
Diretor da Divisão Médica e  
Psicológica do DETRAN-RJ

## Hipocondria O contágio emocional

- Doutor, vim aqui porque meu vizinho apareceu com um tumor cerebral, bateu aquela preocupação e eu queria fazer uma tomografia da cabeça.

Com a vida atribulada de hoje, muitos mal conhecem seus vizinhos - mas notícia ruim não demora a chegar, às vezes trazendo consigo uma boa dose de contágio emocional. Realmente, a visão de um machucado alheio pode incomodar como se sentíssemos a dor - mas a decisão de recebermos dez vezes a carga de radiação de um Rx (que é o

quanto existe numa tomografia) por causa da doença do vizinho corresponde a aceitarmos tomar dez pontos no braço só por estarmos acompanhando ao pronto-socorro quem de fato se feriu.

Certos simbolismos podem impactar bastante o cérebro e, com frequência, superam a realidade. Assim, alguns largam a refeição se alguém menciona algo nojento à mesa. Também a queda de um avião faz muitos cancelarem seus voos, e quando a mídia divulga os sintomas de uma doença epidêmica, gente que nada sentia busca atendimento logo a seguir, queixando-se exatamente daquilo.

Contágios emocionais desordenados ou extremos, se não identificados e tratados, costumam conduzir à hipocondria - como se a imagem de algo nojento sempre viesse à nossa mente quando sentássemos à mesa, ou a lembrança viva da queda de um avião nos fizesse desmarcar cada voo que precisássemos fazer. Normalmente, nosso cérebro tende a "limpar" o antigo "banco de dados" ao receber mensagens novas, e também detectar e "deletar" informes nefastos, mas com o hipocondríaco tal não ocorre - ele parece acumular os "vírus" que recebe, "travando" suas demais funções e impedindo, assim, uma "navegação" serena através das boas experiências e oportunidades que sua vida poderia lhe reservar.

Quando o césio radioativo foi encontrado ao ar livre em Goiânia,

na década de '80, nos dois anos seguintes a barraca de Goiás na Feira da Providência do Rio foi "contagiada emocionalmente" pelo episódio, tornando-se carente de visitantes e compradores. Hoje o movimento anual há muito já voltou à normalidade, e pouca gente se preocupa ou sequer se lembra do ocorrido - apesar de na época ter sido divulgado que os perigos daquela radiação perdurariam por mais de cem anos.

Cansados da sua ladainha mórbida e recorrente, parentes e amigos do hipocondríaco acabam tratando-o com desdém - porém esta atitude, longe de ajudar, em geral o estimula à uma peregrinação solitária e inócua por consultórios, laboratórios e farmácias, sentindo-se até desafiado a mostrar que tem razão naquilo e expondo-se, assim, à infundáveis exames e aos efeitos colaterais de inúmeros remédios combinados.

Há pessoas cuja convicção de possuírem uma doença grave é tão grande quanto a certeza de outros de que ganharão na mega-sena. Facilmente identificadas e seduzidas por inescrupulosos vestidos de profissionais de saúde, elas se tornam seus alvos prediletos - portanto se não forem contidas ficarão à mercê de exploradores e gananciosos de plantão, desperdiçando assim tanto as suas chances de ser feliz quanto uma parte substancial dos seus recursos.

Se pensarmos em quantos germes existem na areia das praias, nas águas litorâneas e mesmo no ar, nos recusaremos a mergulhar e até a respirar.



Distúrbios emocionais extremos requerem psicoterapia, e a hipocondria não é exceção. A recusa do paciente ao tratamento pode ser negociada: a cada ida dele à uma sessão, passa-se depois em duas farmácias. À medida em que a terapia for funcionando, o próprio paciente perderá o interesse nos remédios e, quem sabe, substituirá as drogarias por um cinema ou um passeio ao ar livre, mergulhando pra valer na vida e recebendo injeções de ânimo à cada novo passo a caminho do seu bem-estar.

A hipocondria é uma TV desco-

lorida, um dinheiro falso, um carro sem motor. Faz alguns rirem, enquanto a vítima chora por dentro. A compulsão por doença sujeita ainda o hipocondríaco ao maior dos riscos: ser subestimado quando realmente adoce e, assim, não receber à tempo o tratamento especializado quando de fato precisar. Afinal, nada impede que dois moradores de um prédio tenham o mesmo tumor - porém aos vizinhos mais preocupados, recomendamos só partirem para a tomografia após vencerem na mega-sena.



**DR. VANDERLEI GASPAR DE FREITAS**  
Peridontia - Implante - Prótese

“O mau hálito ou halitose é muito freqüente em toda a população. Sua importância social e a possibilidade de estar relacionado a doenças importantes fazem com que o mau hálito mereça a atenção da sociedade e dos profissionais da saúde”.

### Introdução

O hálito resulta da excitação dos órgãos sensoriais do olfato pelas substâncias contidas no ar expirado. A halitose, ou mau hálito, é uma condição na qual o ar expirado é desagradável para quem o respira e/ou para as pessoas que o cerca.

Em alguns países estima-se que de 56 a 65% da população sofra com este mal. A halitose é mais prevalente nos idosos, e nos nas pesso-

as de baixo nível sócio-econômico. Nos EUA, mais de US\$ 500 000 000 são gastos anualmente em produtos que prometem neutralizar ou tratar a halitose.

É importante lembrar que a halitose é um fator de restrição social, no entanto não é uma doença, e sim um sintoma de doenças sistêmicas, das vias aerodigestivas superiores, ou mentais.

### A Halitose

Esta condição anormal do hálito possui múltiplas causas. Entre estas estão as variações fisiológicas e adaptativas do indivíduo, a hora do dia, os hábitos alimentares, a higiene oral, o uso de próteses, doenças nos pulmões, esôfago e nas vias aéreas e digestivas superiores, doenças sistêmicas e psiquiátricos. O mau hálito pode até mesmo não ter nenhuma causa aparente.

### Halitose primária

As halitoses primárias, ou seja, aquelas em que o ar expirado já traz dos pulmões o mau cheiro normalmente resultam da eliminação de substâncias ingeridas ou inspiradas que produzem odores desagradáveis ao olfato. Alimentos aromáticos ou gordurosos, o álcool, o tabaco e alguns medicamentos são capazes de produzir este efeito. Outras causas deste tipo de mau hálito são a baixa glicemia, determinada

por regimes de emagrecimento ou jejum prolongado, e exercícios físicos bruscos, devido ao intenso metabolismo das gorduras do corpo, e, raramente, a alterações das funções hepáticas, renais e o diabetes. Os odores causadores de halitose primária são mais fracos, transitórios e de geralmente respondem bem aos cuidados de higiene oral e às mudanças de hábito.

### Halitose secundária

Quando o mau cheiro é somado ao ar expirado no seu trajeto do pulmão ao meio externo trata-se de halitose secundária. Estas são mais comuns que as primárias. Uma halitose do tipo secundária que ocorre em praticamente toda a população adulta é a halitose da manhã. Ela resulta da diminuição da movimentação da língua, dos lábios e das bochechas, o que permite o acúmulo de células descamadas e a proliferação de microorganismos. A decomposição dos tecidos descamados e de restos alimentares, forma substâncias de odor desagradável.

Outras halitoses do tipo secundário possuem mecanismos semelhantes ao da halitose da manhã: diminuição do fluxo salivar, acúmulo de restos alimentares, precipitação de secreção na língua, dentes e nos sulcos da boca, elevação do pH normal, que favorecem a proliferação de bactérias e a decomposição des-

tes produtos.

Processos patológicos também são causas freqüentes de halitose. Na maioria das vezes refere-se a processos inflamatórios e/ou tumores malignos de origem bucal. São decorrentes de doenças periodontais, estomatites, cistos odontogênicos e os carcinomas da boca com necrose e infecção tumorais. Cáries só causam mau hálito se houver necrose da polpa dentária, reter restos alimentares e células descamadas. As causas não-buciais referem-se normalmente a processos inflamatórios e neoplásicos de naso, oro e hipofaringe, dos seios paranasais, das fossas nasais e de corpos estranhos nessas regiões, em especial nas fossas nasais, mais comuns em crianças.

No entanto o mau hálito pode ocorrer sem nenhuma causa aparente sendo nestes casos denominada de halitose essencial ou verdadeira.

### Tratamento

No tratamento dos problemas das vias aéreas digestivas superiores, os profissionais envolvidos são os odontólogos, os estomatologistas, os cirurgiões de cabeça e pescoço e os clínicos gerais. É muito importante que as pessoas sejam instruídas sobre os cuidados gerais de higiene oral, a mudança de hábitos alimentares, o uso moderado de alimentos de condimentos de odor

forte, além do álcool e do tabaco. E não se esquecer dos cuidados com as próteses dentárias.

A diminuição da deposição de células descamadas por medidas mecânicas ou químicas é muito importante. A escovação do dorso da língua e o bochecho com solução de água oxigenada são exemplos de medidas que auxiliam na resolução das halitoses. Balas e outros produtos de mentol ou eucalipto podem mascarar o odor, pois possuem um maior potencial de estimulação do olfato dos que algumas substâncias que causam o mau hálito. No entanto, nos dias de hoje, a maneira mais efetiva e barata de se tratar o mau hálito é a higiene oral com escova de dente, creme e fio dental.

### Conclusão

O mau hálito é um problema que atinge uma boa parte da população, pode ser um sintoma de doenças importantes e acarreta prejuízo social. Suas causas são muitas, no entanto a maioria delas são decorrentes de hábitos sociais, alimentares e de higiene. Portanto, medidas simples como boa higiene oral, escova, fio dental e soluções para bochecho, são efetivas para a grande maioria dos casos. Caso o problema seja persistente ou se acompanhar de outros sintomas um profissional deve ser consultado.

## TERCEIRA IDADE EM DESTAQUE



**CÉSAR DRUCKER**  
Engenheiro

### Exonerada representante dos servidores municipais no PREVI-RIO

Mal começou a gestão 2010-2012 do Conselho de Administração do PREVI-RIO, e a mais votada representante dos servidores no Conselho, Fatima Balassiano, foi exonerada do cargo em comissão que exercia no governo municipal. Como a engenheira Fátima era ativa defensora de uma administração eminentemente técnica do Fundo, os servidores estão achando que ela foi exonerada em consequência de sua atuação no Conselho.

A rádio corredor diz que o executivo municipal quer extinguir os recursos do Fundo, a fim de que o Tesouro passe a pagar aposentadorias, pensões e benefícios, e aí justificar a suspensão de alguns dos atualmente concedidos.

Os colegas de Fátima estão se mobilizando para demonstrar ao Prefeito as péssimas consequências desta exoneração para a relação de confiança administração/funcionários. Afinal, é necessária a intensa participação de todos para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

### FASP-RJ no 1º Congresso Internacional de Aposentados

Pela primeira vez, as organizações de aposentados brasileiros com representantes dos aposentados de 15 outros países de três continentes, reuniram-se em Brasília, para troca de experiências e balanço da situação nacional.

O Congresso foi promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP, no Auditório do Senado, e contou com a participação do Ministro da Previdê-

dência Social, do Presidente do INSS, do Senador Paulo Paim, deputados, e de 20 Federações estaduais de aposentados.

Do nosso estado, participaram a FASP-RJ, representada por Cesar Drucker, em conjunto com a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro - FAAPERJ. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB apoiou o 1º Congresso e a FASP-RJ.

### Início do ano: cursos

O início do ano é a boa ocasião para estabelecer projetos de lazer e cultura, e as instituições estão aí com as mais variadas propostas gratuitas, para os que tem mais de 60 anos. Só na Tijuca, a UERJ e o RIOPREVIDENCIA ofe-

recem cursos de conhecimentos gerais, história, línguas, dança, canto, saúde, etc. A Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e outras Universidades no Rio também oferecem grande variedade de atividades físicas e culturais.

### Ensino estadual reprovado

Foi geral o vexame com a publicação de que nosso ensino médio estadual é o segundo pior brasileiro, acima apenas do Piauí. Acuado, o governador Sergio Cabral nomeou como Secretário de Educação o economista Wilson Risolia,

nosso conhecido ex-presidente do RIOPREVIDENCIA. Sua boa administração no Fundo levou-o a receber a incumbência de colocar o Rio entre os cinco melhores ensinos estaduais do país. Desejamos-lhe sucesso.

### Entidade ganha prêmio por trabalho com idosos

A fim de estimular projetos de inclusão cultural da pessoa idosa, existe o Prêmio anual Inesita Barroso, no valor de R\$ 30.000. No ano de 2010, quem ganhou foi a Casa de Santa Ana,

centro diurno de cuidado e apoio, em Cidade de Deus. A seleção ficou a cargo do CEDEPI, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, onde a FASP-RJ tem assento.



**DINA FRUTUOSO**  
CRP 05/587 coordenadora de divulgação Fórum PMI/RJ

### TOLERÂNCIA: como agir,ok?

Falou-se muito na tolerância zero usada há anos em Nova York e que mudou a agressividade e a quantidade de delitos urbanos. E aqui? Em estudo....

Agora fala-se no Rio em UPPs, tomar as comunidades das mãos do tráfico. Há muito mais a fazer. Vejam o que ocorreu em nossa Serra!

PREVENIR é a palavra de ordem! DISCURSOS não salvam VIDAS!

### Todos podemos ajudar

Sabemos o que nos incomoda e impede o bom ir e vir dos cidadãos. As queixas chegam aos Disque Denúncia (use-os sempre, sem medo, são de grande valia) e às Delegacias, dioturnamente: carros nas calçadas, avanço de sinal, problemas de trânsito, som altíssimo, sujeiras nos logradouros, má iluminação, pichações; além de falta de ciclovias, de acessibilidade, buracos nas ruas e calçadas e outros mais.

Estamos na Campanha das Praças. Como está a mais perto de sua casa? O que você tem feito para seu bom uso?

Sejamos os "olhos e os ouvidos" da Administração Regional no sentido de prevenir e promover condições sociais de maior segurança. Exija!

### Ação nos Conselhos Comunitários de Segurança - CCS

Todas as pessoas interessadas em melhorar a vida de sua Região devem ir ao Batalhão da PM mais próximo de casa ou do trabalho e informar-se sobre a reunião (café da manhã) mensal. Aí é exercitada a CIDADANIA e as reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes, diretamente. Verifique. Eu mesma pertenço ao 13º, pois a ABRAPA - sociedade que presido - fica no Centro e ao 31º por residir na Zona Oeste.

Há eleição de membros da sociedade civil para a presidência dos CCS. Conheça, pessoalmente, os que comandam a sua Região Administrativa.

Não venha com a desculpa "não adianta". Adianta sim, vai depender de você, de sua garra, como nas torcidas de futebol... consideradas por muitos mais um jogador! Vale insistir.

### Tolerância ZERO

É prevenir frente ao delito mesmo. Uma das formas é criar comunidades ordenadas, limpas, que sigam as leis, feitas a partir do respeito aos códigos básicos da convivência humana.

Lembre-se, somos co-responsáveis por nossos políticos que abandonam encostas, rios assoreados; menos favorecidos ou não que se empoleiram.

Você sabe o que é a Nova Sepetiba, aqui bem perto de nós? Vá lá!

**Rádio Rio de Janeiro 1400AM**  
**PARTICIPE!**  
**3ª feira às 07h20**  
**também em tempo real**  
**www.radioriodejaneiro.am.br**

**EMPALHADOR DE MOVÉIS**  
CADEIRAS, SOFÁS, CAMAS ETC.

SR. ANTONIO CALLI  
CONTATO: 2541 0439 • 9236 4424

50 anos de tradição

# Previdência social



**FRANCISCA TALARICO**

Representante dos Servidores do Poder Executivo no CONAD do Rioprevidência

O modelo de repartição simples, no qual as contribuições pagas pela população ativa seriam destinadas a cobrir os gastos com os inativos, era o adotado pelo sistema de previdência brasileiro. As estatísticas do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) demonstravam uma situação de déficit crescente nas contas do sistema previdenciário público, expresso pela diferença entre os gastos com aposentadorias e pensões e a arrecadação potencial dos contribuintes.

Em decorrência dessa problemática, o governo iniciou uma série de políticas e reformas, visando reestruturar o sistema previdenciário público, objetivando desonerar os gastos da Previdência Social, de forma a promover o equilíbrio em suas contas.

O processo teve início com a promulgação da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispôs sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Esses deveriam ser organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuarial, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Criou-se, assim, a obrigatoriedade da realização de avaliação atuarial do Regime.



“  
**O marco, no entanto, da reforma do sistema previdenciário, foi a Emenda à Constituição nº 20, de 15 de dezembro de 1998**

Exige, ainda, a contribuição do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, bem como de recursos provenientes dos Tesouros de cada esfera, limitando a contribuição dos entes federativos ao dobro da contribuição do segurado.

A lei 9717/98 tirou do âmbito previdenciário o Custeio da Saúde, dispondo, assim, que os recursos somente poderiam ser utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes.

O marco, no entanto, da reforma do sistema previdenciário, foi a Emenda à Constituição nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que assegurou a manutenção do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

“  
**Ciência atuarial, que é calcada em técnicas matemáticas, estatísticas e probabilísticas não tem apenas a ver com o desequilíbrio atual do sistema previdenciário**

para os trabalhadores em geral e o Regime Próprio - RPPS para os servidores efetivos do serviço público, mas com regras unificadas. Instaurou o regime de caráter obrigatório e essencialmente contributivo, onde prevalece o tempo de contribuição em substituição ao de tempo de serviço, de modo a se preservar o equilíbrio atuarial e financeiro do sistema.

Destacam-se, ainda, dentre as alterações promovidas pela EC nº 20: a proibição da acumulação de pensões, a fixação de idade mínima para aposentadoria, o fim das aposentadorias especiais e a estipulação de teto para os benefícios.

Sucessivamente, vieram as EC nº41, de 19.12.2003, e nº 47,

# Equilíbrio financeiro e atuarial



“

**Dados permanentemente atualizados como salário, estado civil, dentre outros, são importantíssimos para que os resultados dos cálculos tenham aderência à realidade futura**

de 05.07.2005.

Desse modo, como todo seguro, a previdência também deve se sustentar com seus próprios recursos, por isso o equilíbrio financeiro - no qual há compatibilização entre receita e despesa - como o equilíbrio atuarial - em que se dimensiona um plano de custeio compatível com o plano de benefícios oferecido. Esses equilíbrios “são necessários não apenas para dar segurança às pessoas que contribuem mensalmente para o sistema, cuja expectativa é usufruir dos benefícios no futuro, mas também para garantir o pagamento dos benefícios àqueles que contribuíram no passado”

Mas como dimensionar o equilíbrio atuarial? O que é ava-

“

**Se a Constituição determina que haja equilíbrio atuarial, e esse equilíbrio atuarial é decorrência de uma série de fatores predeterminados, tudo isso tem que ser definido em lei**

liação atuarial? E Atuária?

Ciência atuarial, que é baseada em técnicas matemáticas, estatísticas e probabilísticas não tem apenas a ver com o desequilíbrio atual do sistema previdenciário. Isso porque, “no caso de um sistema previdenciário, a atuária se preocupa com o equilíbrio de receitas e despesas em longo prazo e não apenas com a relação receita x despesa em um momento específico”. Os cálculos dos atuários, portanto, são feitos para várias gerações.

Logo, a avaliação atuarial tem como objetivo determinar os custos atuais do Sistema de Previdência do ente público, calcular as provisões matemáticas necessárias e aferir o resul-

tado atuarial, no caso do servidor público, do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

É importante ressaltar que os dados cadastrais, ou seja, o Banco de Dados é fundamental para quantificar a reserva matemática (benefícios concedidos e benefícios a conceder). Isso porque os estudos e as projeções são elaborados a partir dessas informações. Assim, dados permanentemente atualizados como salário, grupo familiar, estado civil, idade, tempo de vinculação à previdência, sexo e qualificação dos filhos, dentre outros, são importantíssimos para que os resultados dos cálculos tenham aderência à realidade futura que se pretenda. Se você não tem essas informações a tendência é quantificar para cima ou para baixo.

Como a maioria dos benefícios previdenciários é constituída por pagamentos de aposentadoria e pensões por morte, os parâmetros são fixados levando-se em consideração, também, as alterações de caráter demográfico, como o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade da população.

A expectativa de vida é uma medida que visa estimar o quanto, em anos ou em meses, uma pessoa com idade “x” irá sobreviver. Seu cálculo é feito a partir de uma fórmula utilizando as Tábuas Biométricas (de Mortalidade/Sobrevivência). Para cada idade existe uma expectativa de vida e essa expectativa pode variar de uma tábua para outra, pois cada tábua utiliza uma probabilidade de morte/sobrevivência associada a cada idade.

Deve-se destacar que a projeção do equilíbrio atuarial exige regras estáveis e a definição clara do modelo previdenciário adotado. Se a Constituição determina que haja equilíbrio atuarial, e esse equilíbrio atuarial é decorrência de uma série de fatores predeterminados, tudo isso tem que ser definido em lei.



**SULI AYRES SORRILHA**  
Representante da FASP-  
-RJ no CIST.SES.RJ;  
Diretor de Ação Social,  
Esporte e Cultura da  
AFIASERJ

## Réquiem para Laura

Fênix, pássaro  
mitológico; Ele  
renasceu das cinzas e  
reviveu uma nova vida,  
assim será o IASERJ.

Em dezembro de 2010 realizamos dois atos públicos de resistência ao desmonte criminoso do IASERJ, no pátio do Hospital Central do Instituto.

O primeiro no dia 8/12/2010 “A ceia da miséria” denunciando os vencimentos de R\$ 157,00 pagos aos profissionais da saúde do estado pelo

Governador Sérgio Cabral. O segundo no dia 14/12/2010 “O IASERJ vive; Viva o IASERJ” ato de confraternização entre os servidores e usuários do Instituto. Houve abertura solene com o Hino Nacional do Brasil. As bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro foram empunhadas por duas servidoras da enfermagem. O hino foi cantado pelo coral da ACM, sendo seu regente, Sr. Ilen Vargas. Tivemos um momento de reflexão com o capelão Pr. Aurino Brandão, que falou da importância de ser um servidor. Drª Mariléa Lucio Ormond, presidente da AFIASERJ fez o uso da palavra conclamando

a sociedade civil e sindical a defenderem o respeito à constituição estadual contra o abuso de poder do Sr. Governador que quer extinguir o IASERJ, que foi criado por lei e só uma nova lei poderá extingui-lo. Agradecemos com certificados comemorativos as autoridades, pessoas físicas e jurídicas que vêm dando condições de funcionamento ao IASERJ.

Das autoridades agraciadas temos o Dr. Jorge Picciani, que na qualidade de ex presidente da ALERJ, doou 10 milhões para o soerguimento do IASERJ; Dep. Paulo Ramos como presidente da comissão do trabalho, provocou várias audiências públicas em defesa do Instituto;

Deputados Cidinha Campos e Luiz Paulo Correia da Rocha, que indicaram o mamógrafo e um cardiógrafo para o Instituto (ainda não foi instalado). Vereador Dr. Paulo Pinheiro que tem sido um bom parceiro em nossas convocações. Prestamos nossas últimas homenagens à servidora pública, massagista e fisioterapeuta, Drª Laura Ferreira, que no dia 14/12/2010 desencarnou, deixando em todos nós uma grande saudade...

Quem pertence a uma comunidade não pode deixar de se preocupar com a saúde das pessoas com quem vive, assim é na família, assim é na sociedade, assim é nas boas comunidades.



**PAULO DE MAGALHÃES**  
Assessor de Congêneres  
Nacional e Internacional

## Policia também é solidário e humano

Meus companheiros servidores públicos, meus colegas policiais, civil, militar, agentes penitenciários e bombeiros. Doloroso início de ano novo no Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Petrópolis, Teresópolis e Friburgo que sofreram a tragédia das enchentes ocasionando desabamento e deslizamento de terras, resultando em muitas casas destruídas e muitas mortes, inclusive, a de três bombeiros que foram soterrados após terem alvos várias pessoas.

A atuação e bravura dos bombeiros e de policiais civil e militar demonstram o censo de solidariedade na luta para salvar a vida de nossos irmãos,

No Rio de Janeiro os órgãos de segurança sempre foram pres-

timosos no socorro às grandes tragédias. Recordam-se de janeiro de 1966?

Meus companheiros, a função policial não se restringe à prisão. Nossos policiais são humanos, sociais, de uma formação própria para se sensibilizarem com a dor dos seus semelhantes. O Rio de Janeiro possui uma polícia adestrada, competente e reconhecida internacionalmente pelos seus feitos históricos. Mas, infelizmente, só o governo do estado não reconhece estas qualidades, não dando a esses servidores o merecido reconhecimento e respeito.

Meus companheiros, estamos no mês de fevereiro de 2011, quando começa o recebimento do aumento parcelado em 48 meses dos 54,84% o qual atingiremos o valor real só no mês de dezembro de 2014.

Senhor governador, com a sua grande vitória se reelegendo com a parceria junto ao governo federal, com o Royalties do petróleo, o estado tem condições financeiras para suportar o parcelamento em 24 meses. Não é possível que V. Ex. desconheça que um prazo de 4 anos é longo demais, pois muitos companheiros já estão numa idade avançada e desejariam ter a satisfação de receber em vida o que V.Ex. prometeu em campanha.

Aos meus colegas, passada esta borrasca, espero que realizem todos os projetos idealizados. Não devemos esquecer: “A natureza trabalha em silêncio. Ela não se defende, mas se vinga.”

Feliz Ano 2011!



**JOSÉ GUILHERME  
DE MORAES NETO,**  
Cel BM R/R  
Presidente da Caixa dos  
Oficiais do CBERJ

Não deixando de tocar na “ferida social” produzida pelos drogados, principalmente o “exército de mortos-vivos”, produzidos pelo CRACK – OS CRACUDOS –, vozes capazes de despertar a sociedade brasileira, como Senadores, ou escritores como os columnistas da Revista VEJA atacam a situação de total inversão de valores produzidos por leis e projetos de lei, que contemplam com merecimento o que até então é crime, como roubo, vandalismo, invasão de propriedades.

Como bem discursou o Senador da República, em 19 de janeiro passado, o criminoso, cada vez mais livre e solto e as famílias, que ainda prezam o trabalho honrado, a lei, o respeito no convívio social, ameaçadas, encarceradas em grades de ferro, avançam com o aumento da altura do muro e acabam cercadas com a “concertina” – espécie de arame farpado utilizado pelas forças armadas em áreas de conflito, para im-

## Segurança pública (mais um capítulo)

Do avanço ou concatenação das idéias sobre um tema repetitivo, por mim, sobre a PERMISSIVIDADE.

pedir o avanço da infantaria ou qualquer grupo operante terrestre. AONDE CHEGAMOS!!!

Nas ruas das cidades, por exemplo, bairro de Madureira – Rio de Janeiro – cidade maravilhosa, o cheiro de mijo e fezes humanas era uma constante até o mês de dezembro de 2010.

EM QUE CHIQUEIRO VIVEMOS?

Todos os itens elencados acima fazem parte de uma árvore – O CRACUDO – que pela visão do “politicamente correto” de algumas ONG’s e parte ruidosa da Justiça Brasileira, que nada faz para impedir aberrações do Poder Legislativo Federal – usa a expressão “doente”, dependente social necessitando de cuidados médicos, que questionados sobre a aceitação do tratamento, costumam dizer: “NÃO QUERO”. Porém espoliam suas famílias, roubam seus vizinhos, matam, destroem famílias, inclusive a sua para obter, qualquer bem material que sirva de troca ou gere dinheiro para obtenção da PEDRA.

O QUE FAZER?

Ir a uma Delegacia de Polícia? Não lhe dão nem o direito de registro de ocorrência.

Ir ao Batalhão da Polícia Militar mais próximo? Nada podem fazer. Leis não permitem.

Reclamar com pai ou mãe do cracudo? Você fica mesmerizado pelo grau e violência imposta pelo cracudo ao restante da família. Nada podem fazer.

A quem apelar? Ao Poder Legislativo para de início barrar a mais nova ofensiva – pequenos traficantes (quantidade de drogas apreendidas) serão tratados como mercedores de TROFÉU - inimputáveis – e fazer a roda gigante se movimentar levando para o topo da sociedade brasileira os princípios da honestidade, do mérito, onde todo e qualquer criminoso pagará pelos seus atos.

Queremos uma sociedade mais justa. Alguns terão que enviar a faca da justiça na própria carne. É o preço do reequilíbrio entre o mal vicejante e o bem encurralado.

Servidores Públicos – Federal, Estadual e Municipal, esta luta é de todos, principalmente aqueles que podem e assessoram os usuários temporários do Serviço Público, essencialmente no Poder Legislativo.

Até a próxima se Deus assim permitir.



**ALVARO BARBOSA**  
Diretor Jurídico da FASP-RJ

## SEÇÃO I

Da Associação em Sindicato, falamos sobre o Art. 511, até o item 2)

Continuação Art. 511,

Item:

3) Os parágrafos do supracitado artigo fornecem-nos os elementos caracterizadores das categorias profissional, econômica e diferenciada.

A categoria econômica é constituída de empregadores que desenvolvem atividades similares ou conexas que geram a solidariedade de interesses econômicos. É o que se afirma no § 1º, do artigo em epígrafe. Não basta, porém, o exercício das mesmas atividades econômicas para que todos os empresários nelas envolvidos tenham os mesmos interesses e aspirações. Aqueles e estas podem ser diferentes e mesmo conflitantes, devido às dimensões de cada empresa. A divergência poderá resultar, também, do fato de a empresa ser uma multinacional. Semelhante conceito de categoria econômica é anacrônico e está afastado da realidade social. O enquadramento sindical, com sua rigidez, cria situações em que as empresas mais fracas, quase sempre, levam a pior. De outra parte, temos ciência de casos em que o sindicato patronal é dirigido por pequenos empresários, que não têm condições para interpretar adequadamente os interesses das grandes empresas. Há setores em que as pequenas empresas filiadas ao sindicato são mais numerosas que as médias e grandes. E como o voto é por empresa, sem exprimir sua pujança econômica...

Do exercício do mesmo ofício ou da mesma atividade num ramo econômico surge a similitude de condições de vida. Temos, aí, as linhas mestras de uma categoria profissional.

Categoria diferenciada é aquela cujos membros estão submetidos a estatuto profissional próprio ou que realizam um trabalho que os distingue completamente de todos os outros da mesma empresa. Têm condições de vida inconfundíveis. Devido a essa circunstância, os membros de categoria diferenciada aspiram reivindicações que nem sempre são iguais às dos demais empregados da mesma empresa. Dessarte, a sentença normativa, em dissídio coletivo abrangendo todos os empregados da empresa ou do mesmo setor econômico, tem de deixar de fora os integrantes da categoria diferenciada a fim de que eles resolvam disputar melhores condições de trabalho por meio de processo de dissídio coletivo próprio. Com apoio na conceituação de categoria diferenciada adotada pelo § 3º, do artigo sob comen-

# ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO EM CONTINUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

(PARTE 14)

tário, podemos admitir a existência de sindicatos de profissionais liberais (não empregados) e desses mesmos profissionais, mas como empregados. O melhor seria alterar o enquadramento sindical e permitir a constituição de sindicatos de profissionais liberais e desses mesmos profissionais empregados.

Presentemente, são reconhecidos sindicatos de profissionais liberais que por força da sua denominação, não são empregados. Quando vinculados a uma empresa por contrato de trabalho, perdem, obviamente, sua condição de liberais, e passam a ser representados pelo sindicato a que se filiam os demais empregados da empresa. A Lei n.º 7.316, de 28.5.1985, atribui às entidades sindicais integrantes a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos de categoria diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho. Exemplo típico de escatologia legislativa. Quer a lei que o mesmo Sindicato represente profissionais que exercem seu ofício com autonomia e com subordinação à empresa. APÓS A PROMULGAÇÃO, A 5 DE OUTUBRO DE 1988, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OS NOVOS SINDICATOS NÃO PRECISARÃO RESPEITAR O ANTIGO ENQUADRAMENTO SINDICAL, DESDE QUE SE PROPONHAM A REPRESENTAR UMA CATEGORIA COMO DEFINIDA NO ARTIGO SOB ESTUDO. DEVEM, OUTROSSIM, RESPEITAR O DIREITO ADQUIRIDO POR SINDICATOS CRIADOS SOB O IMPÉRIO DA CONSTITUIÇÃO ANTERIOR, DE REPRESENTAR DETERMINADA CATEGORIA NUMA BASE TERRITORIAL PREFIXADA.

4) O Sindicato, em nosso ordenamento jurídico, tem numerosas e amplas atribuições. Umas, inerentes à sua própria natureza de organismo profissional e, outras, delegadas pelo Poder Público. Todavia, vemos nele, ainda, as características de pessoa jurídica de Direito Privado. Não são os sindicatos criados por lei; sua administração é confiada aos representantes escolhidos livremente pelos interessados e não são designados pelo Estado; seu patrimônio não se integra na Fazenda Pública.

5) O Sindicato é o mais poderoso instrumento de defesa dos trabalhadores contra o arbítrio patronal. Onde este se mostra em sua forma mais aguda, o sindicalismo ganha maior força. A desgraça ou ameaça tende aproximar os homens... Quando, porém: a) a conduta do patronato se modifica para melhor devido a várias causas; b) a economia se estabiliza; c) os preços dos bens e utilidades não se alteram; e d) a classe operária logra padrão de vida aceitável diminui o contingente dos filiados à entidade sindical. Nos países em que se faz presente

a conjunção desses fatores, o sindicalismo vem enfraquecendo gradualmente. É o que se vem observando nos Estados Unidos da América do Norte, Alemanha, França e em outras nações.

TAL FENÔMENO COMEÇA A MANIFESTAR-SE NO BRASIL NÃO SÓ EM VIRTUDE DOS SUPRACITADOS ELEMENTOS, DENTRE OS QUAIS SOBRELEVA O DOMÍNIO DA INFLAÇÃO, MAS TAMBÉM DEVIDO À INCOMPATIBILIDADE ENTRE O REGIME DO SINDICATO ÚNICO E O NOSSO ATUAL ESTÁGIO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO.

6) O inciso LXX, do art. 5º, da Constituição Federal, autoriza a entidade sindical, legalmente constituída, a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados. É negado o “writ” quando se tratar do interesse de, apenas, alguns filiados. Considera-se legalmente constituída a entidade sindical que, na sua formação, tiver obedecido às prescrições desta Consolidação e obtido registro no Ministério do Trabalho.

7) A nosso ver, não é uma cláusula pétrea o art. 8º da Constituição Federal. Dessarte, não vemos qualquer óbice à supressão ou modificação desse dispositivo. Na primeira hipótese, ficaria a questão da liberdade sindical amparada pelo inciso XVII, do art. 5º, da Lei Maior (“é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”); na segunda hipótese, seria o art. 8º, apenas, modificado para admitir a pluralidade sindical, regime mais condizente com os cânones democráticos.

8) Data de 4 de julho de 1951 a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito de constituição de sindicatos.

O REGIME DO SINDICATO ÚNICO NÃO SE CONCILIA COM O ESPÍRITO E A LETRA DAQUELE DOCUMENTO. ESTA A RAZÃO POR QUE O BRASIL, ATÉ HOJE, NÃO O RATIFICOU.

9) O inciso VI do art. 37 da Constituição Federal dispõe: “É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”.

Esse direito, à evidência, é extensivo aos servidores dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O direito anterior, relativo à organização sindical dos que atuam na esfera privada, não é aplicável à do servidor público. Aquela se alicerça nas categorias econômica e profissional, as quais, é óbvio, não se adaptam ao sindicato do servidor público.

De outra parte, ficamos sem saber se a contribuição sindical é exigível logo após a criação da entidade em que condições deverá ser cobrada.

Por tudo isso, parece-nos que a

sindicalização do servidor público deve aguardar uma lei especial reguladora da matéria.

O Sindicato do funcionário público não pode celebrar acordo ou convenção coletiva (v. § 2º do art. 39 da CF). Contraditoriamente, o mesmo dispositivo do art. 39 da CF autoriza a redução dos vencimentos dos servidores mediante convenção ou acordo coletivo.

Achamos compreensível a redução de vencimentos num caso de crise incontornável, como também acontece na empresa privada, mas tentando rodear a contradição apontada diremos que o referido art. 39 abre uma exceção à regra que veda a celebração de pactos coletivos dos sindicatos de funcionários com a administração pública.

O LEGISLATIVO JÁ DEVERIA TER ELABORADO LEI REGULANDO A SINDICALIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO BEM COMO O DIREITO DE GREVE DESTA ÚLTIMO. VIGENTE HÁ MAIS DE UMA DÉCADA A CONSTITUIÇÃO, E TÃO RELEVANTE MATÉRIA CONTINUA SEM DISCIPLINAMENTO LEGAL.

10) Dispõe o art. 107, do Código de Defesa do Consumidor: “As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços bem como à reclamação e composição do conflito de consumo”.

11) Pelo Decreto Legislativo n. 5, de 1º de abril de 1993 (DOU de 5.4.93), o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção n. 141 da OIT relativa às organizações de trabalhadores rurais e sua função no desenvolvimento econômico e social.

12) No regime do sindicato único, o peso da representação dos órgãos de base nas Federações e Confederações não é estabelecido pelo maior ou menor número de membros do seu quadro social; forte ou débil, parco ou rico de recursos financeiros, cada sindicato tem direito a um voto. Assim, o voto de um sindicato com muitos milhares de associados, em pleito de órgão sindical superior, tem o mesmo valor de um outro sindicato com alguns poucos filiados. Essa a razão por que a regra é uma Confederação ter, na sua presidência, elemento escolhido, sistematicamente, pelas federações das regiões do País onde elas são mais numerosas. Implantado o pluralismo sindical em nosso País, essa situação ganhará novo perfil. Para atender às peculiaridades do nosso território de dimensões continentais, com regiões desigualmente desenvolvidas, é de se pensar na adoção, em futuro próximo, do critério de escolha, em rodízio, uma vez por região, dos presidentes das enti-

dades sindicais de empregados e de empregadores, de âmbito nacional.

## JURISPRUDÊNCIA

1) Embora disponham de lei regulamentadora do exercício da profissão, os advogados não se constituem em categoria diferenciada para efeito de atuação sindical. Assim, conquanto gozem, como todos os demais trabalhadores, do direito à organização sindical, não se diferenciam dos demais trabalhadores dentro das empresas, no tocante às condições gerais de trabalhadores. Correta a decisão regional que extinguiu o processo por ilegitimidade ativa do Sindicato dos Advogados, em ajuizar dissídio coletivo. TST, SDC, RO-DC-86.938, in Rev. LTr 58-11/1341 (novembro de 1994).

Nota: Ousamos divergir desse decisório. Os advogados compõem, efetivamente, categoria diferenciada como definida no § 3º do art. 511 da CLT: é aquela “que se forma dos empregados que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares”.

2) Por força dos citados dispositivos legais, não se pode admitir haja categoria diferenciada dentro dos servidores públicos de um mesmo município, máxime quando o suporte dessa diferenciação está no regime jurídico de seus membros. Por categoria econômica ou profissional entende-se a associação de todos os que detêm “solidariedade de interesses econômicos”, empreendem atividades ou profissões similares ou conexas. STJ, 2ª T., REsp 30556-5, in DJU 20.6.94, p 16077.

3) O mandado de segurança coletiva só se presta para defender direito líquido e certo de uma categoria ou classe, não de um ou de alguns membros do grupo. TST, OE, MS-RO-51252/92.5, in DJU 23.6.95, p. 19654.

4) Empresa pública federal, Sindicalização de seus empregados. A Companhia Nacional de Abastecimento, empresa pública, federal, para efeito de sindicalização de seus empregados, não integra a administração pública e, conseqüentemente, seus empregados não podem ser filiados a um sindicato de servidor público e, por via de consequência, não ser possível juridicamente integrar sua diretoria e nem gozar, por esse fato, de estabilidade sindical. Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista só podem se sindicalizar de acordo com a regra geral de sindicalização: ou levando em conta a atividade preponderante de empresa ou considerando a profissão que exercem. Recurso de Revista da empresa a que se dá provimento. TST, 2ª T., RR-120490/94.6, in DJU 20.9.96, p. 34838.

No próximo número continuaremos o assunto sobre associativismo e sindicalismo

## Associação dos Servidores Públicos

### CLUB MUNICIPAL

Adm: Octávio Luiz Alves - Haddock Lobo 359, Tijuca  
Tel.: 2569-4822 www.clubmunicipal.com.br  
Textos e Fotos: Ricardo Albuquerque

**DOMINGO:** ALMOÇO DANÇANTE, 13h às 19 h.

**Dia 13** - Orquestra COMMANDER

**Dia 20** – Banda AEROPORTO

**Dia 27** – Banda MISTURA FINA

**SEGUNDA:** BAILE DA MELHOR IDADE, 16h às 20 h

## Programação de fevereiro

**Dia 07** – Banda STATUS

**Dia 14** – Banda RIO BALANÇO

**Dia 21** – Banda PARATODOS

**Dia 28** – Banda NOVOS TEMPOS

**Toda primeira quinta do mês, 12h: ALMOÇO DOS APOSENTADOS**

Divirta-se com música ao vivo

entre amigos em ambiente refrigerado

**SÁBADOS MUSICAIS, 12h**

– **Restaurante**

Divirta-se em frente ao Parque Aquático curtindo o grupo “PRATA da CASA”

**SÁBADO, 26, 20h – Baile do HAVAÍ** – Baile com alegria ao som da banda STATUS, com

músicas para os amantes da dança de salão e de carnaval

**Diretora Social:** Sueli Silva  
Administração Octávio Luiz Alves: Tradição com Renovação há + de 25 anos  
Rua Haddock Lobo 359, Tijuca Tel.: 2569-4822 www.clubmunicipal.com.br



### Curta a folia em fevereiro no Baile do Havaí

Ao som da banda STATUS que vai tocar as tradicionais marchinhas, sambas-enredo, axé e muito mais, o BAILE DO HAVAÍ sábado, dia 26 de fevereiro, a partir das 20h, a pedidos, vai reviver as festas pré-carnavalescas com muita animação e foliões fantasiados.

- Há anos nossos sócios e ami-

gos cobram um baile de carnaval adulto, agora é hora de lotar o salão nobre de alegria – convida Sueli Silva

A diretora adianta que haverá uma decoração especial e o clima de carnaval para antecipar a folia. Informações e reservas: 2569-4822

### Club Municipal arrecada doações para as vítimas da Região Serrana

A ASP-Club Municipal está recebendo donativos para as vítimas das chuvas na região serrana do Rio, na Rua Haddock Lobo, 359 Tijuca. Em sua história a associação já participou de diversas campanhas e prestou grande ajuda em momentos de tragédia na cidade, desde os anos 60.

Neste momento são necessários alimentos não perecíveis,

água mineral, material de higiene pessoal (sabonete, pasta e escova de dente, barbeador, absorvente, fraldas), de limpeza (vassoura, pá, balde, desinfetante), descartáveis (copos, pratos, talheres), roupas para bebês, colchões e cobertores. Todo material arrecadado será levado diretamente às vítimas por uma equipe do Club Municipal. Informações 2264-6554.

## Acupuntura e Shiatsu amenizam doenças do trabalhador

O estresse, as dores na coluna e as lesões por esforço repetitivo são algumas das muitas reclamações de trabalhadores, em geral, todas devido a maus hábitos e excesso de tarefas. Assim o Club Municipal oferece os atendimentos de Acupuntura e Shiatsu, dois grandes auxiliares do bem estar.

- A terapia do Shiatsu não é uma massagem. Ela ajuda a reeducar o corpo e a mente pela pressão dos dedos, polegares, cotovelos, joelhos e pés proporcionando bem-estar e a melhora da circulação e da respiração. O resultado final é saúde – explica a fisioterapeuta Renata Estrella

A também acupunturista, afirma que o Shiatsu fortalece o funcionamento dos órgãos e estimula as resistências naturais do organismo, principalmente pelo contato paciente e terapeuta.

- Hoje em dia alguns profissionais da saúde não costumam manter contato e o shiatsu-terapeuta procura sempre



entender o porquê da dor, pois muitas vezes as tensões são causadas por problemas emocionais – comenta Re-

nata que também oferece no Municipal os tratamentos de acupuntura, Ventosas, moxabustão e auriculoterapia.

### Rioprevidência faz atendimento agendado na Região Serrana

Para facilitar a vida dos segurados residentes na Região Serrana do Rio, o Rioprevidência já está realizando seu atendimento agendado nas agências da região. Os segurados devem ligar gratuitamente para 0800 285 8191 e marcar o melhor dia e horário para serem atendidos.

As agências estão preparadas para realizar todos os serviços oferecidos pela agência central, e com o atendimento agendado isso pode ser feito de forma mais confortável, sem espera e sem filas. (Agência Nova Friburgo: Rua Doutor Ernesto Brasilio, nº 25 – Centro; Agência Petrópolis: Rua Paulo Barbosa, nº 110 / Sala 408 – Centro, horário de funcionamento das 9h às 17h; Agência Teresópolis: Rua José Augusto da Costa, nº 33 – Várzea, horário de funcionamento das 10h às 17h.

### Minc anuncia criação de Parques Fluviais

O secretário estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, anunciou a criação de cinco parques fluviais nas áreas atingidas pelas chuvas na região serrana do Rio de Janeiro. Estima-se que sejam necessários R\$ 190 milhões para a implantação do projeto.

Ao todo serão implantados 95 quilômetros de parques fluviais.

Destes, 55 quilômetros serão localizados em áreas urbanas da região, com a criação de áreas esportivas e ciclovias. Os demais 40 quilômetros serão construídos nas áreas rurais, onde haverá um trabalho de reflorestamento e recomposição das matas ciliares. A idéia é preservar, pelo menos, 30 metros de largura em cada uma das margens.

De acordo com o secretário, o primeiro parque será construído no Rio Santo Antônio, em Petrópolis,

e finalizado até o início do próximo verão. O segundo será o do Córrego Dantas, em Nova Friburgo, muito atingido pelas enxurradas. Os restantes serão distribuídos em vales no interior de Teresópolis.

“Parques fluviais são projetos que protegem os rios, as matas ciliares, o meio ambiente e protegem as pessoas. Vamos construir pelo menos 95 quilômetros de parques fluviais em áreas urbanas e rurais”, disse Minc. (Ag Brasil)

## As moscas mudam, mas o pouso é a mesma...



**TRINITÁRIO ALBACETE**  
Jornalista

No dia 15 de dezembro de 2006, a Imprensa publicou que o recém-eleito Congresso Nacional aumentava seus pró-labores em quase 100%, enquanto o salário mínimo estava preocupando o governo em aumentá-lo entre 4,8% e 7,1%. O percentual de 92%, o que acabou estabelecendo o aumento do Congresso, deu a despesa de 16 milhões de reais no Senado e 157 milhões de reais na Câmara dos Deputados, totalizando 173 milhões de reais anuais.

Pelos cálculos da época, um deputado ganharia R\$24.600 de subsídio mensal com direito a 15 salários anuais; R\$50.815,00 mensais, dinheiro destinado ao pagamento dos seus funcionários de gabinete (cada deputado tem direito até 20 pessoas para lhe servir no gabinete); mais de 15 mil reais para gastar nos seus estados de origem com aluguel, gasolina e alimentação; 3mil reais como auxílio moradia, ou seja, dinheiro para os que não residirem em Brasília, nos apartamentos funcionais. Era sabido que muitos moravam nos referidos apartamentos funcionais e, mesmo assim, recebiam os 3 mil reais na maior desfaçatez. Teriam mais R\$4.500,00 até R\$5.513,00 para gastar com cotas postais e telefone; mais R\$4.100,00 para o deputado que morasse em Brasília, como passagem aérea e os deputados que morassem no Acre receberiam R\$15.700,00 e teriam ainda a verba de 6 mil reais para compra de jornais e revistas e o crédito de outros 6 mil reais na gráfica do Congresso Nacional.

Quando aos senadores, o salário de R\$24.000,00 com a vantagem de contratar seis assessores técnicos com salário superior a 9 mil reais e outros seis assessores parlamentares com salários superior a 6 mil reais. Vale lembrar o efeito cascata quando isso ocorre nas Assembléias Legislativas e Câmara dos Vereadores.

Toda essa história foi contada no mês de dezembro de 2006 pela imprensa, como disse acima. Estamos no mês de dezembro de 2010 e a imprensa repete tudo novamente. Com quatro anos passados e estamos vendo na tela da vida o "replay".

Naquela época o governo se sentia impotente para aumentar o salário mínimo em R\$17. O senhor Lula dizia que o governo iria quebrar se desse aquele aumento, principalmente, para os aposentados e pensionistas. Quanto aos servidores públicos, a hora era imprópria para falar do assunto. Agora sai o senhor Lula e entra a senhora Dilma e a conversa é a mesma. Os parlamentares recém-eleitos, que ainda não haviam sido diplomados em conjunto com os que vão embora, já aumentaram os seus ganhos em mais de 62%. Enquanto esse governo já dito da senhora Dilma, vai quebrar hoje, se der mais R\$ 5 no salário mínimo, passando de R\$540 para R\$545.

A cada eleição a esperança do proletariado se renova. Passada as eleições ele conclui que algumas moscas foram mudadas, mas o pouso continua a mesma...

## A missão visível do voluntariado e a invisível do poder público

Convém precisar um tema que virou manchete em nossa imprensa midiática e que consternou o nosso Município e por via de consequência, o nosso Rio de Janeiro, no mês de Janeiro deste ano de 2011.

Falamos da catástrofe, da calamidade pública, das enchentes em vários municípios do Rio de Janeiro e nos permitimos fazer algumas reflexões.

A primeira diz respeito ao nosso entendimento ao Direito de Personalidade atingido.

A invasão à privacidade e intimidade dos cidadãos, expostos a uma cidadania invisível e muitos vivenciando o Instituto da Morte Presumida.

Caminhamos, preliminarmente, antes de uma abordagem mais de fundo ao significado das palavras "privacidade" e "intimidade", o que nos valem do Dicionário da Real Academia Espanhola, já que cultores que somos do idioma acreditamos que a tradução apresentada reflete melhor a interpretação conceitual.

A "intimidade" - uma zona espiritual, íntima e reservada de um grupo, especialmente de uma família. "privacidade" - âmbito da vida privada que se tem direito a proteger de qualquer intromissão. Como acentua o psiquiatra Enrique Galli, "a liberdade justamente nos permite viver em privacidade e com intimidade".

A natureza quedou-se revolta e as enchentes aconteceram. A privacidade e intimidade dos cidadãos atingiram o fenômeno da "força maior", mas e a POLÍTICA DOS PODERES CONSTITUIDOS, protegeu com respeitabilidade à Lei Maior, estas duas valorações acima apontadas em relação aos cidadãos. Não, a nosso juízo, não. E ao juízo de milhares de brasileiros que veem na continuidade de licenças e concessões de construções temerárias concedidas pelos governos das diversas ordens constitucionais, as irregularidades ocorridas.

Senão, vejamos o depoimento da Defensora Pública Elida Seguin, que tem também residência em Nova Friburgo, narrando sua ida a este local.

"Para passar de NF para Cordeiro peguei a Estrada Rio Grandina e sai em Duas Barras. Fiquei apavorada. Vi casas totalmente dentro do rio, como se fossem ilhas. Voltei indo até Bom Jardim e quando a pista fica interditada pegando um desvio e saindo em Banquete. Novamente só desolação. Percebi que alguns fatos eram inevitáveis, mas que muitas desgraças não teriam acontecido se

as pessoas tivessem respeitado o limite de afastamento imposto pelo Código Florestal. As pessoas constroem nas margens do rio, quando este alaga é impossível evitar a tragédia. Outra questão é: temos uma Política Federal de Saneamento Básico (Lei 11.447/2007) que prevê a drenagem como integrante do saneamento, não existe plano de drenagem e as pessoas constroem no caminho das águas. Ao expressar o meu lamento pelo ocorrido, endosso os argumentos dos que defendem a manutenção dos limites de construção às margens de corpos d'água".

Este depoimento soma-se aos de muitas outras pessoas, como o lamentável desaparecimento de pessoas queridas, amigas em Teresópolis, Petrópolis, em todos os Municípios atingidos. As notícias chegam diariamente aos nossos lares, por diversos meios de comunicação, demonstrando a catástrofe. Neste ambiente de fenômeno climático, surge a solidariedade ambulante e aí vemos os personagens, os VOLUNTÁRIOS, do movimento associativista, dos Clubes de Serviço, como o LIONS, o ROTARY, a CRUZ VERMELHA, as Instituições Religiosas, de todo o gênero, multidisciplinares e o cidadão na construção da obra humanitária do SERVIR.

Em nossa recente obra leonística "O LIONS NA CONTEMPORANEIDADE", pelo LECSU- Laboratório de Estudos do Comportamento Social e Urbano, 2011, enfatizamos no capítulo referente ao VOLUNTARIADO - "Voluntariado: como plantar e colher serviço", o seguinte:

Trabalho voluntário é toda atividade desempenhada no uso e gozo da autonomia do prestador do serviço ou trabalho, sem recebimento de qualquer contraprestação que importe em remuneração ou auferimento de lucro.

É o VOLUNTARIADO, o maior exército do mundo de homens e mulheres de boa vontade.

Mas, será que aos eixos do VOLUNTARIADO, não poderia o poder institucionalizado, da União, dos Estados e dos Municípios trabalhar neste cenário com planejamento, logística e gestão consciente, na prevenção, no sistema de alerta e no cumprimento da Carta Magna, notadamente no que se refere aos art. (Artigos 20- Bens da União (lagos, rios, etc); a competência da União(Art.21-Incisos XVII e XX, e são textuais:

XVIII - planejar e promover a de-



**SELMA ARAGÃO**  
Advogada, Doutora em Direito Público e Escritora

fesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

É apropriada quanto à questão, as palavras do Companheiro Leão Bruno do Nascimento, que é afiliado ao Lions Itaipava de Petrópolis e que entre 2006 e 2008, foi assessor de planejamento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Petrópolis.

"Portanto, sob o meu ponto de vista as casas construídas no leito dos rios ou que ficaram a mercê de suas áreas de inundações estão edificadas dentro de terras que são bens da União ou dos Estados. Acredito que a União e os Estados respondem solidariamente sobre as perdas humanas existentes em locais que são da sua efetiva responsabilidade". Além de todos estes contextos, os familiares que não encontram os seus parentes, amigos, conhecidos ainda terão que lidar com o Instituto jurídico da "morte presumida" previsto no nosso Código Civil e que não existia no Código de 1916, a não ser para efeitos patrimoniais no que se referia às sucessões provisória e definitiva, permitindo ainda pelo Artº. 88 da Lei de Registros Públicos a justificação judicial da morte.

O Código Civil em vigor trata do Instituto da ausência dentro da parte geral (artigos 22 e seguintes) e não mais no direito de família. Essa declaração de ausência tem por objetivo proteger o patrimônio de quem desapareceu, com fins à sucessão provisória e à definitiva, no aspecto de patrimônio. Quanto à autorização da declaração da morte presumida, o Código aponta as situações que autorizam a abertura da sucessão definitiva (artigos 37 e seguintes) e em outras situações, independentes da declaração de ausência, como o artigo 7º.

Toda esta temática está consoante o artigo 6º da nova Lei Civil: a existência da pessoa natural termina com a morte. Presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva". Continuemos EM ALERTA.

### FASP-RJ COMUNICA

A Reunião do Conselho de representantes da FASP-RJ será realizada às 16h30min nas seguintes datas:

DIA .....	MÊS
23 .....	Fevereiro
27 .....	Abril
29 .....	Junho
31 .....	Agosto

A FASP-RJ parabeniza as Entidades Filiadas que aniversariam nos meses de fevereiro e março. São elas:

ASCB.....	(08 de fevereiro)
ASABRÁS .....	(20 de fevereiro)
SSSJU-RJ .....	(24 de fevereiro)
CAMCIBRÁS.....	(24 de fevereiro)
SPMM .....	(02 de março)

### COLABORADORES

Para o próximo número Correio da FASP-RJ solicitamos que as matérias sejam enviadas até o dia 28 de março (segunda-feira) de 2011. Não aceitaremos matérias fora do prazo estipulado. Agradecemos a colaboração de todos.



**JAQUES SHERIQUE**  
Engenheiro Mecânico e de  
Segurança no Trabalho

# O que é a aposentadoria por idade?

**É** o benefício previdenciário a que tem direito o segurado que completar 65 anos de idade para o homem, ou 60 anos para a mulher, uma vez cumprida a carência exigida para concessão do benefício. Em se tratando de trabalhador rural, quando completar 60 anos de idade, o homem e 55 anos de idade a mulher, aos trabalhadores que comprovem o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua no período anterior ao requerimento do benefício.

A comprovação da idade do segurado será feita por um dos seguintes documentos: a) Certidão de registro civil de nascimento ou de casamento que mencione a data do nascimento; b) Pelo título declaratório de nacionalidade brasileira, se segurado naturalizado certificado de reservista, título de eleitor e carteira ou cédula de identidade policial; c) Carteira de Identidade, Título Eleitoral, Certificado de Reservista, ou qualquer outro documento emitido com base no Registro Civil de Nascimento ou Casamento, desde que constem os dados do registro de nascimento ou casamento e não deixe dúvida quanto à sua validade para essa prova.

As certidões de nascimento, devidamente expedidas por órgão competente e dentro dos requisitos legais, não poderão ser questionadas, sendo documentos dotados de fé pública, conforme



o contido nos artigos 217 e 1604 do Código Civil, cabendo ao INSS vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, se comprovada a existência de erro ou falsidade do registro. A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado tenha cumprido a carência, quando este completar setenta anos de idade, se do sexo masculino, ou sessenta e cinco, se do sexo feminino, sendo compulsória, caso em que será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

A aposentadoria por idade

poderá ser decorrente da transformação de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, desde que requerida pelo segurado, observado o cumprimento da carência exigida na data de início do benefício a ser transformado. O período de carência exigido para a concessão do benefício de aposentadoria por idade é de 180 contribuições mensais para o segurado inscrito a partir de 25.07.91 e os inscritos até 24.07.91 devem obedecer à tabela progressiva de carência do INSS. Os trabalhadores rurais devem comprovar o exercício da atividade rural em número de meses idênticos à carência exigida pelo referido benefício.

O benefício de aposentadoria por idade será pago observando-

-se os seguintes critérios: Para o segurado empregado, inclusive o doméstico: - a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até 90 dias após o desligamento; - a partir da data da entrada do requerimento, quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após 90 dias do desligamento. Para os demais segurados: - a partir da data da entrada do requerimento. Não é exigido o desligamento da empresa para requerer a aposentadoria. A aposentadoria por idade é considerada irreversível e irrenunciável a partir do momento em que o segurado recebe o primeiro pagamento. O valor da aposentadoria é de um salário mínimo para o segurado especial. Caso o segurado especial tenha optado por contribuir facultativamente, o valor do benefício será calculado como aos demais segurados. Para os demais segurados: Corresponde a 70% do salário de benefício, mais 1% deste para cada grupo de 12 contribuições mensais, até o máximo de 100% do salário de benefício. Para os inscritos até 28/11/99 - o salário de benefício corresponderá à média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente, correspondentes a no mínimo 80% de todo período contributivo desde a competência 07/94. Para os inscritos a partir de 29/11/99 - o salário de benefício corresponderá à média aritmética simples dos maiores salários de contribuição

correspondentes a, 80% de todo o período contributivo, multiplicado pelo fator previdenciário.

Será facultado ao segurado a aplicação ou não do fator previdenciário, que consiste na análise da idade, tempo de contribuição, expectativa de vida (conforme tabela de expectativa de sobrevida divulgada pelo IBGE) e alíquota de contribuição, de acordo com a fórmula de correção do fator previdenciário do INSS. Quando o segurado que recebe aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição pelo INSS voltar a exercer atividade remunerada, ele tem que contribuir, obrigatoriamente, para o INSS. Se o aposentado retornar como segurado empregado, a contribuição será calculada mediante a aplicação das alíquotas constantes da tabela de salário de contribuição mensal, obedecendo as faixas salariais: Se retornar como contribuinte individual: - até 28/11/99, deverá recolher com o valor mais próximo da remuneração na atividade que esteja exercendo; - a partir de 29/11/99, a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observando o valor mínimo e máximo de contribuição. Os fundamentos legais da aposentadoria por idade são: Artigos 51 ao 55 do Regulamento da Previdência Social - RPS, Decreto nº 3.048/99 e artigos 97 ao 100 da Instrução Normativa DC/INSS nº 95/2003.



**ACIR FERREIRA BARROSO**  
Assessora de Assuntos  
Municipais da FASP-RJ

## Servidores municipais

Em 2010 os servidores municipais criaram o Movimento Unificado em Defesa do Serviço Público Municipal, com a adesão das Associações e Sindicatos das diversas categorias funcionais objetivando manter os servidores mobilizados e organizados para defender os seus direitos, sobretudo as questões pertinentes à Previdência.

Alertamos aos companheiros que continuamos atuando junto aos órgãos governamentais face a várias medidas que o executivo municipal vem tomando em prejuízo do funcionalismo municipal.

Para mais esclarecimentos e participação informamos o blog do movimento: [www.mudspm.blogspot.com](http://www.mudspm.blogspot.com)

## Programa de Rádio da FASP-RJ

Todos os sábados,  
às 10 horas,  
na Rádio Bandeirantes  
AM - 1360k



# UPPES recebe secretário de Educação e insiste na valorização do magistério

Ao receber o secretário Estadual de Educação, Wilson Risolia, em sua visita à sede da União dos Professores Públicos no Estado (UPPE-Sindicato), a presidente da entidade, professora Teresinha Machado da Silva, disse que “batemos na tecla da prioridade para a valorização salarial do magistério, por entendermos que essa é a base para a verdadeira melhoria da qualidade do ensino.”

“É preciso se ter em mente que o professor deve estar em primeiro lugar, pois na situação atual, muitos estão fugindo da profissão. Há necessidade de que o estado atraia a categoria que se encontra envelhecida e adoecida.

Nosso Departamento de Psicologia vem constatando o crescimento desse tipo de problema”, assinalou.

A professora Teresinha disse que “há preocupação de se diminuir o número de reprovações, mas, em contrapartida, as escolas não contam com orientadores e profissionais que possam auxiliar o professor em suas tarefas. Esse encontro é uma forma de ajudarmos a secretaria com a nossa experiência e, também, de aprendermos um pouco, pois esse é o comportamento do educador.”

Para a presidente da UPPES, é fundamental que o governo, em suas ações, não deixe de lado o professor aposentado, pois, “a

contribuição de cada um não pode ser esquecida e demonstra a categoria a atenção em termos de futuro”.

Em relação a algumas queixas apresentadas pelo secretário, a professora Teresinha explicou que “o sindicato tem apoiado as ações da secretaria que dizem respeito a valorização da categoria, mas há outras questões controversas e que temos de ter o cuidado de respeitarmos a posição de muitos professores”. O secretário queixou-se de uma enquete veiculada no site do sindicato, na qual os professores mostram-se descontentes em relação à implementação da política de meritocracia.



## Secretário diz que meta é melhoria salarial do magistério

Ao ser recebido pela diretoria da UPPES, o secretário Wilson Risolia, disse que “estamos ainda longe do ideal, mas a situação do magistério já é um pouco melhor. A questão salarial é nossa preocupação, mas tudo depende de processos a serem cumpridos”.

O secretário no início do encontro fez um relato das dificuldades econômicas do estado, com base em sua atuação anterior como presidente do Rio Previdência. Ele esclareceu que a missão foi a de acabar com o elevado déficit financeiro do governo. Risolia destacou a importância para

o estado da manutenção da política dos royalties do petróleo. Assinalou ser fundamental o encontro com os dirigentes da UPPES, a fim de esclarecer a categoria, por meio do sindicato, das ações desenvolvidas pelo governo.

O encontro, com duração de duas horas, faz parte do compromisso do secretário de se avistar, no mínimo, uma vez por mês, com a direção do sindicato. Ele destacou que encontro com a UPPES tem sido produtivo, devido às propostas que auxiliam a secretaria e o governo estadual na tomada de medidas.

Embora destacando que a questão salarial é primordial, o secretário explicou que, de imediato, “tínhamos de fazer o que era possível. Por isso, adotamos algum tipo de benefício, como o auxílio-transporte para a categoria”. A reivindicação, encaminhada por um grupo de professores, fazia parte da proposta da UPPES entregue ao secretário, quando assumiu o cargo.

Wilson Risolia informou aos dirigentes da UPPES que, conforme a pauta de reivindicações do sindicato, já está em andamento algumas questões para se-

rem solucionadas, entre as quais o pagamento da dívida dos R\$ 164 (abono concedido ao professor da ativa em 1998 e não oferecido ao inativo. A UPPES entrou com Mandado de Segurança e o aposentado a receber em janeiro de 1999. O estado ainda é devedor de nove meses do benefício a estes professores). Ele adiantou que a dívida sobre o enquadramento por formação, também, é objeto de análise com o secretário de Fazenda, Sérgio Ruy.

“Concordo com o magistério sobre a necessidade de melhoria da remuneração. No entanto, a si-

tuação não é apenas do Estado do Rio, mas de todo o Brasil. Vemos a universidade formando cada vez menos professores e, além disso, a carreira atrai poucos jovens”, assinalou o secretário de Educação.

Ele afirmou que em termos de educação, está se procurando estabelecer metas para serem cumpridas até 2023. “Não é um plano de governo é um plano de Estado. O professor agora tem perspectiva de carreira com o Plano de Educação. Sabemos da importância da questão salarial, mas fizemos o que foi possível fazer agora”.

## CONCURSO PÚBLICO COM INSCRIÇÕES PARA FEVEREIRO E MARÇO

### **BNDES**

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) abre concurso público para formação de cadastro de reserva na função de profissional básico - engenheiro. As inscrições acontecem até o dia 20 de fevereiro e devem ser feitas através do site [www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br). O valor da taxa de participação é de R\$ 64. A remuneração oferecida é R\$ 8.423,86.

### **Instituto Rio Branco**

A inscrição para o concurso de admissão à carreira de diplomata(26 vagas) acontece até o dia

22 de fevereiro. O salário inicial é de R\$ 12.962. O candidato deve se inscrever através do site [www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011](http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011), com taxa no valor de R\$ 150,00. O concurso terá quatro fases e serão aplicadas simultaneamente nas 27 capitais brasileiras.

### **Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro**

Até o dia 27 de fevereiro estarão abertas as inscrições para o concurso da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. O candidato deve se inscrever através do site [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br)

, ou em postos de inscrição nas Coordenadorias Regionais de Educação. São 1362 vagas para professor I (ensino fundamental e ensino médio). A remuneração inicial é de R\$ 765,66 para jornada de 16 horas semanais. Mais informações pelos telefones (21) 2334-7132/7125/7100.

### **Marinha do Brasil Aprendizizes-marinheiros**

A Marinha do Brasil abre inscrição até o dia 28 de fevereiro para realização de processo seletivo de admissão às Escolas de Aprendizizes-marinheiros. O con-

curso da Marinha oferece 2.200 vagas de nível fundamental. As inscrições poderão ser efetuadas no endereço [www.ensino.mar.mil.br](http://www.ensino.mar.mil.br) mediante taxa de R\$ 12,00.

### **UFRRJ**

A UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro encontra-se com inscrição aberta até 02 de março para realização de concurso público, ao preenchimento de 08 vagas para professor de nível superior com remuneração de até R\$ 6.722,85. As inscrições devem ser feitas através do site [www.uffrj.br/concursos](http://www.uffrj.br/concursos), mediante taxa de R\$ 110,00 e R\$ 169,00

uffrj.br/concursos, mediante taxa de R\$ 110,00 e R\$ 169,00

### **TRT**

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro abre inscrição de 15 de fevereiro a 15 de março para preenchimento de 63 vagas de nível médio e superior. As oportunidades serão para os cargos de técnico e analista judiciário em diversas especialidades. As inscrições podem ser efetuadas através do site [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br). As taxas de inscrições serão de R\$ 70,00 e R\$ 110,00.



**Naïla da Costa Rodrigues**  
Vice Presidente da FASP-RJ

# Companheiros Servidores Públicos

**E**speramos que os cuidados com a Educação a partir deste ano sejam efetivos.

O Governador Sergio Cabral prometeu que envidará todos os esforços para que o resultado da avaliação feita, comparado aos de outros estados, e que nos colocou em penúltimo lugar, passe para o quinto lugar.

Já, em janeiro, sentimos sua efetiva atuação quando nomeou o novo secretário, Wilson Risolia, que já está demonstrando sua capacidade de gestor.

Exemplo. Como era designado um diretor? Através de votação na escola. Hoje foi reformulada esta prática atendendo requisitos que têm o objetivo de verificar a competência daquele

que dirigirá uma escola, através de concurso de títulos que permitirá ao professor que desejar se candidatar a Diretor como sempre foi no passado, quando o ensino público do nosso Estado era exemplo para os demais Estados.

Temos que ter paciência, pois muitas mudanças estão por vir para que o professor também tenha uma formação adequada, uma remuneração compatível com sua missão, escolas reformadas e construídas para que todos os estudantes tenham a oportunidade de estudar.

O abandono dos governantes com relação à EDUCAÇÃO faz com que sejam iniciadas muitas frentes para que o objetivo de dar qualidade ao ensino seja atingido.



**Cabe, a nós, professores ou não, cidadãos em geral, acompanharmos as mudanças, cobrarmos ações, quando necessário.**

Cabe, a nós, professores ou não, cidadãos em geral, acompanharmos as mudanças, cobrarmos ações, quando necessário.

Vamos nos engajar com as associações de professores, sindicatos de professores para juntos conquistarmos esta vitória que trará a certeza de que nossos filhos e netos terão acesso a uma educação gratuita de qualidade, e que o cidadão deste estado possa acreditar que não haverá falta de vagas nas escolas próximas de suas casas.

Esperamos que as Prefeituras, também, acompanhem esta premissa de ensino de qualidade com professores preparados e bem remunerados, principalmente, na alfabetização.

O aluno que souber ler e não

puder frequentar a escola por razões que independem de sua vontade, terá condições de através da leitura estudar e até, mais tarde, retornar a escola e completar seus estudos.

Sabemos todos que a EDUCAÇÃO É O ALICERCE DO FUTURO.

A saúde estará melhor porque a criança aprende na escola a importância de prevenir doenças e como se cuidar gerando futuras gerações conscientes do que é uma vida saudável.

Enfim, com o alicerce bem consistente e firme da EDUCAÇÃO, o Estado do Rio de Janeiro e suas Prefeituras terão cidadãos capacitados para atingirem o progresso tão desejado por todos nós.

## ATENÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS !

Adquira já um plano de saúde completo com valores que se encaixam perfeitamente no seu orçamento.



a partir de  
R\$ **44,20**

**Top Plus**  
Ambulatorial

**CEMERU**  
Grupo de Saúde

Há mais de 30 anos cuidando da sua saúde.

**Planos Classic**  
(Ambulatorial + Hospitalar)

a partir de  
R\$ **76,87**

Central de Relacionamento  
(21) **2414-0013**

FGA ANS 401081



Valores referentes a planos exclusivamente para servidores públicos com desconto em folha.